

Encontros 2018
GT de Formação Continuada

17 e 18 de setembro de 2018

Questões de Pesquisa

Tema: Financiamento

- 1- Quais são os ajustes necessários na legislação orçamentária e financeira para garantir o cumprimento efetivo do 1/3?
- 2- Como está regulamentado o cumprimento do 1/3 na Lei do Piso nas redes de Ensino?
- 3- Quais os ajustes necessários nos PCR para garantir o cumprimento efetivo do 1/3?

Questões de Pesquisa

Tema: Financiamento - Estudo sobre o FUNDEB

Resultados positivos: efeito redistributivo intraestadual e redução das desigualdades entre os estados.

Proposta de tornar o Fundeb permanente (ate 2020)
Está em tramitação no congresso: PEC 15/2015 e PEC 24/2017

Oportunidade de aperfeiçoamento

Palavra Aberta

<https://www.youtube.com/watch?v=cEjt1kl0tcw>

Questões de Pesquisa

Tema: Financiamento – Estudos CAQI e CAQ

Indicadores que demonstram **quanto deve ser investido ao ano por aluno de cada etapa e modalidade da educação básica.**

CAQI garante um **padrão mínimo** de qualidade para a educação básica

CAQ avança em relação ao padrão mínimo, pois **considera o caráter dinâmico do conceito de custo por aluno e também a capacidade econômica do Brasil**

Tema: Financiamento – Regulamentação do 1/3 da Lei do Piso Experiência PIAUI

A Lei do Piso, como também é conhecida a Lei nº 11.738/08, definiu que o período para atividade extraclasse deve

corresponder a 1/3 da jornada. O que consiste? ESTUDO, PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO.

Atendendo ao que se refere ao estudo foi criado o Projeto de Formação Continuada para professores da Rede Estadual de Ensino, intitulado “No Chão da Escola”, implantado em 2016. (Atividades extraclasse como momento de formação

continuada do professor e planejamento coletivo no próprio local de trabalho.)

A Formação acontece durante todo ano, respeitando os semestres letivos e os recessos dos professores, de março a novembro. Todos os professores participam da Formação na escola onde atuam sempre às quartas-feiras, com 3h semanais e em turno diferente de sua jornada de trabalho. A certificação anual é de 120 horas.

Recursos envolvidos(Diárias, alimentação e material pedagógico).



Tema: Financiamento – Regulamentação do 1/3 da Lei do Piso Experiência - Jaboatão dos Guararapes

LEGISLAÇÃO: instituída por uma lei municipal 377/2009 que atualizou o Estatuto do magistério.

REGULAMENTAÇÃO: anualmente é publicada uma portaria com a programação da formação continuada.

CONDIÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO: Há uma gerência de Formação continuada na SEDUC; Centro de Formação; Política municipal de formação continuada; planejamento e garantia dos recursos financeiros do FUNDEB e próprios.

CONDIÇÕES PARA QUE O ENCONTRO SEJA PEDAGOGICAMENTE EFETIVO: Os 25 formadores são efetivos ; planejamento das atividades; existem as coordenações de áreas.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO FORMATIVO: ao final de cada encontro; semestralmente;; no monitoramento da aplicabilidade das formações com as supervisoras.

Carga horária	TDA	TDI – 50% Das A.A.	TDFC - (2/3) de 50% das A. A.	TDC – (1/3) de 50% das A. A.
200 h/a	130 h/a	35 h/a	24 h/a	11 h/a
180 h/a	125 h/a	28 h/a	18 h/a	9 h/a
150 h/a	100 h/a	25 h/a	17 h/a	8 h/a

Tema: Financiamento – Ajustes necessários dos PCRs

Rede PCR - Caminho possível

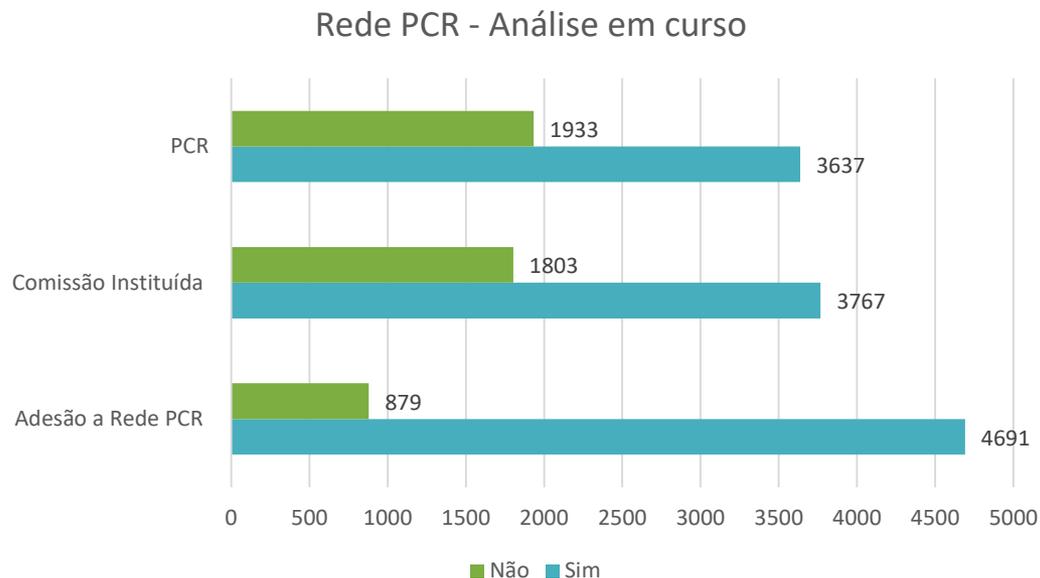
Criada em novembro de 2015 e consolidada por meio da [Portaria nº 387/2016](#) a Rede de Planos de Carreira e Remuneração, é uma iniciativa do Ministério da Educação – **MEC**, desenvolvida pela Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino – **SASE** e Diretoria de Valorização dos Profissionais da Educação – **DIVAPE**, com apoio das **Secretarias Estaduais de Educação e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME**.

Foi constituída para oferecer assistência técnica a Estados e Municípios na elaboração/adequação das carreiras dos profissionais da educação, com vistas a torná-las, ao mesmo tempo, **atrativas** para o ingresso de bons profissionais, **sustentáveis** do ponto de vista orçamentário e instrumentos efetivos para o **cumprimento da Lei do Piso**.

Tema: Financiamento – Ajustes necessários dos PCRs

Rede PCR - Trabalho em curso

- Situação dos PCRs no território nacional <http://simec.mec.gov.br/login.php>



O Processo de Pesquisa

Tema: Financiamento

Como foi a pesquisa?

- ✓ Otimização de ferramentas de compartilhamento: WhatsApp e Google Classroom

Pesquisa em 3 etapas:

- ✓ Levantamento e compartilhamento de informações sobre o tema.
- ✓ Sistematização das informações
- ✓ Consolidação das informações a partir da leitura crítica do grupo.

Descobertas

1- Legislação orçamentária

- ✓ Janela de oportunidades com a nova legislação do FUNDEB que prevê fontes de financiamento.
- ✓ Fortalecimento do debate sobre a definição de um padrão mínimo de qualidade (CAQI) prevista na Constituição Federal, na Lei do FUNDEB, no PNE (2001-2010) e no PNE (2014-2024).

2- Mapeamento de como está regulamentado o cumprimento do 1/3 na Lei do Piso nas redes de Ensino.

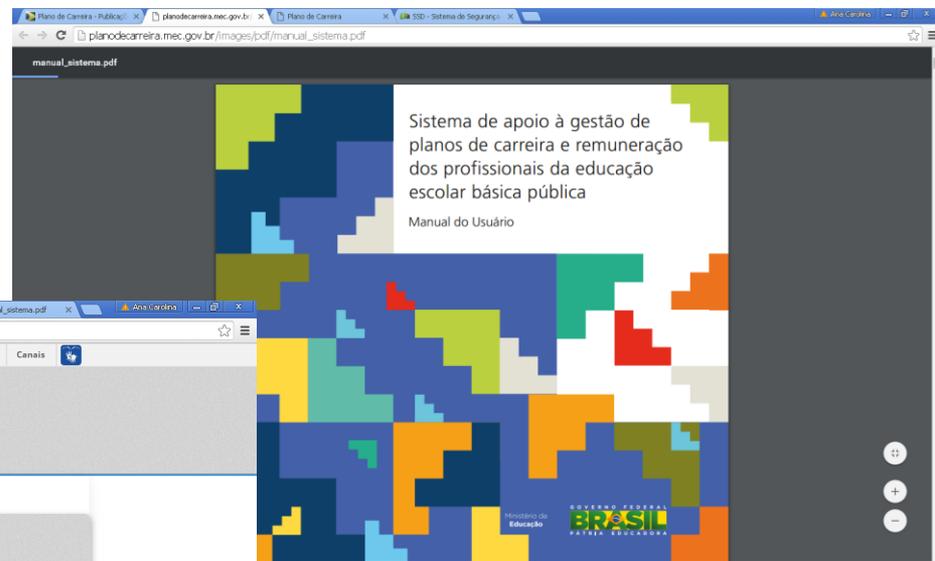
- ✓ Não há um mapeamento desta regulamentação. Sugere-se uma pesquisa sobre este cumprimento pelo CONSED em parceria com o MEC que coordena a ação das Redes PCR e PME voltada a assistência aos municípios na adequação dos Planos Municipais de Planos de Carreira.

Descobertas

3- Ajustes necessários nos PCR para garantir o cumprimento efetivo do 1/3.

- Os materiais utilizados na atividade de assistência: Planilhas de Diagnóstico, SisPCR e Material didático sobre legislação e tutorial da construção do texto dos PCRs

<http://planodecarreira.mec.gov.br/legislacoes>



A screenshot of the 'Plano de Carreira' login page. The page has a header with the logo 'Plano de Carreira' and the subtitle 'Sistema de Apoio à Gestão de Planos de Carreira e Remuneração'. Below the header, there's a main content area with a title 'Plano de Carreira' and a sub-section 'Acesso'. The 'Acesso' section contains three buttons: 'Acessar' (for users who already have a profile), 'Primeiro acesso' (for users who haven't yet accessed the system), and 'Esqueci minha senha' (for users who have forgotten their password). The page also includes a footer with the text '© 2013 Ministério da Educação. Todos os direitos reservados. 1.8.9-340'.

Descobertas

Últimas demandas solicitadas aos estados integrantes da Rede PCR, buscaram consolidar:

- 1-O PCR local foi criado ou adequado a partir do trabalho da Rede?
- 2-A norma municipal considera o piso salarial?
- 3-Promove o acesso à carreira por concurso público de provas e títulos?
- 4-Há progressão salarial na carreira, por incentivos que contemplem titulação, experiência, desempenho, atualização e aperfeiçoamento profissional?
- 5-Há incentivo à dedicação exclusiva em uma única unidade escolar?
- 6-Há mecanismos de concessão de licenças para aperfeiçoamento e formação continuada, de modo a promover a qualificação?
- 7-Na composição da jornada de trabalho, há a observação do limite máximo de 2/3 da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos, conseqüentemente a terça parte restante dedicada à preparação das aulas, formação continuada, planejamento e atividades de avaliação?
- 8-Há estágio probatório supervisionado?
- 9-Observa especificidades socioculturais das escolas do campo e das comunidades indígenas e quilombolas no provimento de cargos efetivos para essas escolas?
- 10-Há previsão de comissão permanente para acompanhamento do PCR?



GT Formação

**Sub Grupo
Financiamento
Informações
complementares**

Informações Complementares (arquivo pendrive)

 Apresentação GT Financiamento

 Custo Aluno Qualidade

 Lei do Piso

 Livro Profissão Professor América Latina

 Plano de Carreira

 Plano Nacional de Educação

 Regulamentação do 1.3

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

O que é o FUNDEB?

O Fundeb é um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual (um fundo por estado e Distrito Federal, num total de vinte e sete fundos), formado, na quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal. Além desses recursos, ainda compõe o Fundeb, a título de complementação, uma parcela de recursos federais, sempre que, no âmbito de cada Estado, seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente. Independentemente da origem, todo o recurso gerado é redistribuído para aplicação exclusiva na educação básica.

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

A quem se destina

São destinatários dos recursos do Fundeb os estados, Distrito Federal e municípios que oferecem atendimento na educação básica. Na distribuição desses recursos, são consideradas as matrículas nas escolas públicas e conveniadas, apuradas no último censo escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC)

Legislação

O Fundeb foi instituído pela Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006 e regulamentado pela Medida Provisória nº 339, de 28 de dezembro do mesmo ano, convertida na Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e pelos Decretos nº 6.253 e 6.278, de 13 e 29 de novembro de 2007, respectivamente.

Fonte: Portal do MEC

Custo Aluno- Qualidade Inicial - CAQI

Criado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, o CAQI é um **indicador** que mostra **quanto deve ser investido ao ano por aluno de cada etapa e modalidade da educação básica**. Considera os custos de manutenção das creches, pré-escolas e escolas para que estes equipamentos **garantam um padrão mínimo de qualidade para a educação básica**, conforme previsto na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e no Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014), entre outras leis.

Fonte: Campanha Nacional do Direito à Educação

Custo Aluno- Qualidade Inicial - CAQi

Para realizar este cálculo, o CAQi considera condições como tamanho das turmas, formação, salários e carreira compatíveis com a responsabilidade dos profissionais da educação, instalações, equipamentos e infraestrutura adequados, e insumos como laboratórios, bibliotecas, quadras poliesportivas cobertas, materiais didáticos, entre outros, tudo para cumprir o marco legal brasileiro. Assim, o CAQi contempla as condições e os insumos materiais e humanos mínimos necessários para que os professores consigam ensinar e para que os alunos possam aprender.

Fonte: Campanha Nacional do Direito à Educação

Custo Aluno Qualidade - CAQ

O CAQi é o padrão mínimo de qualidade, por isso ele recebe o “i” de inicial. Já o **CAQ avança em relação ao padrão mínimo, pois considera o caráter dinâmico do conceito de custo por aluno e também a capacidade econômica do Brasil**, posicionado como 6^a economia do mundo. Assim, o **CAQ é o padrão de qualidade que se aproxima dos custos dos países mais desenvolvidos em termos educacionais**. Ele deve ser estabelecido no prazo de três anos, porém sua implementação pode ocorrer até 2024.

Fonte: Campanha Nacional do Direito à Educação

Custo Aluno Qualidade - CAQ

Enquanto o CAQi toma como referência para a remuneração dos profissionais a Lei do Piso Nacional Salarial do Magistério e como jornada escolar dos alunos o tempo parcial (5 horas) – com exceção da creche, que é de 10 horas –, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação entende que o CAQ deve considerar, ao menos, uma jornada de 7 a 10 horas para os alunos e o piso para todos os profissionais da educação pautado no salário mínimo do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos).

Fonte: Campanha Nacional do Direito à Educação

O PNE e a Valorização dos profissionais da educação

- ✓ A Meta 18 do Plano Nacional de Educação (**Lei nº 13.005/2014**) obriga que a União, os estados, municípios e Distrito Federal garantam planos de carreira e remuneração para os profissionais da educação escolar básica pública, denominação definida no artigo 61 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- ✓ A Meta 18 é estratégica para o MEC, tendo em vista que, tornar a carreira dos profissionais da educação escolar básica atrativa e viável, constitui um importante fator para garantir a educação como direito fundamental, universal, e inalienável, superando o desafio de universalização do acesso e garantia de permanência, desenvolvimento e aprendizagem dos educandos.
- ✓ Considerando que o cumprimento da Meta 18 do PNE requer decisões sensíveis sobre o financiamento, é importante que sejam construídos espaços institucionais e transparentes de diálogo sobre o tema, envolvendo, necessariamente, os gestores públicos e os profissionais da educação básica.

Fonte: <http://planodecarreira.mec.gov.br/rede-de-assistencia>

Rede de Assistência Técnica dos Planos de Carreira e Remuneração

- ✓ A principal atribuição da Rede é o desenvolvimento de atividades de formação dos secretários estaduais e municipais de educação e das equipes responsáveis pela elaboração/adequação e gestão de planos de carreira e remuneração dos profissionais da educação escolar básica pública.
- ✓ O desenho pactuado entre MEC, CONSED e UNDIME para a Rede de Assistência Técnica compreende uma equipe composta por um coordenador por estado e um técnico para em média 50 (cinquenta) municípios.

Fonte: <http://planodecarreira.mec.gov.br/rede-de-assistencia>

Rede de Assistência Técnica dos Planos de Carreira e Remuneração – Amparo Legal

- Inciso VIII do Art. 206 da Constituição Federal de 1988 “piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)”
- Título IV e inciso III do Art. 9º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/1996 “prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva”
- Lei 11.738/2008 que instituiu o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica;
- Meta 18 da Lei 13.005/2014 - Plano Nacional de Educação “Assegurar, no prazo de 2 anos, a existência de planos de Carreira para os(as) profissionais da Educação Básica e Superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos(as) profissionais da Educação Básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.”

PESQUISA: FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

Sobre a pesquisa

- ❑ Contribuições da literatura baseada em evidências. Fundação Carlos Chagas - 1ª edição / S. Paulo 2017
- ❑ Relatório para subsidiar a literatura com base em evidências sobre formação continuada de professores, formulação e implementação de iniciativas.
 - Austrália, Canadá, Reino Unido, Holanda, Nova Zelândia e Israel

Questões

- 1 – Questão: Estudos empíricos de (Snow-Renner; Lawer, 2005; Yoon et al., 2001; Timperley et al., 2007; Blank; de Las Alas, 2009)
- 2 – Questão: Experiências, modelagens e abordagens de formação continuada de diversas origens: América Latina-Ávalos, 2007; Calvo, 2014; Vailant, 2016; Brasil → Davis et al., 2011.

INICIATIVAS IDENTIFICADAS COMO CARACTERÍSTICAS COMUNS

- ❖ **Foco no conhecimento pedagógico de conteúdo;**
 - ❖ **Métodos ativos de aprendizagem;**
 - ❖ **Participação coletiva;**
 - ❖ **Duração prolongada;**
 - ❖ **Coerência.**

FORMAÇÕES EFICAZES

São entendidas como quaisquer experiências desse tipo, nas quais foi encontrado algum tipo de evidência de que a participação dos professores nessas experiências teria produzido resultados positivos sobre os próprios professores ou sobre os seus alunos.

METODOLOGIA DO ESTUDO

PRIMEIRO LEVANTAMENTO

- Encontrados estudos com diferentes propósitos e abordagens, outros com revisões sistematizadas de pesquisas que avaliam a eficácia de programas de formação continuada, com o objetivo de identificar as características de programas eficazes.
- Identificados quatro textos nesse perfil com foco na eficácia, sendo três no contexto norte-americano (SNOW-RENNER, LAUER, 2005; YOON et al., 2007; BLANK; DE LAS ALAS, 2009) e um por pesquisadores da Nova Zelândia (TIMPERLEY et al, 2007). Nesse enfoque não foram encontrados estudos empíricos produzidos no Brasil e América Latina como um todo.

METODOLOGIA DO ESTUDO

SEGUNDO LEVANTAMENTO

Os levantamentos se restringiram à consulta nas bases de dados da Scielo e Educ@, tendo como palavras-chave para a pesquisa:

- Aprendizagem;
- Capacitação;
- Comunidade de aprendizagem;
- Comunidade prática;
- Desenvolvimento profissional;
- Formação continuada; formação em serviço; iniciação à docência, prática formativa;
- Treinamento, estando associadas aos termos: professor ou professores e docentes.

Período de levantamento – 2007 a 2017

RESULTADO DA PESQUISA

- ✓ Nenhum dos 18 textos tinham como foco avaliar a eficácia de uma experiência de formação continuada.
- ✓ Nenhum texto fez evidência relativa aos alunos dos professores participantes das formações, nem a testes de conhecimento ou observações de aulas desses professores, mas, em parte das análises das percepções de docentes participantes da formação continuada.
- ✓ No universo e na amostra de professores, foi observado que a representatividade apresenta um universo muito reduzido de professores participantes.

REVISÃO DA LITERATURA

Ficou estabelecido dentre outras definições que as formações americanas financiadas por seus órgãos(Legislação federal americana No Child Left Behind- em português: Nenhuma Criança Deixada para Trás) deveriam ter as seguintes características, como resumem, Yoon *et al.* (2007):



- ✓ ser sustentável, intensiva e focada no conteúdo, de maneira a produzir um impacto positivo e duradouro sobre o trabalho do professor em sala de aula;
- ✓ ser alinhada e diretamente relacionada aos conteúdos curriculares e avaliações;
- ✓ melhorar e aumentar os conhecimentos dos professores acerca das disciplinas que lecionam;
- ✓ aprimorar o compreensão dos professores sobre estratégias pedagógicas consideradas eficazes com base em pesquisas científicas;
- ✓ ser avaliada regularmente em termos de seus efeitos sobre a eficácia dos professores e desempenho dos alunos.

REVISÃO DA LITERATURA

- Os estudos avaliaram os resultados de programas de formação continuada de professores;
- Tem por pressuposto que a aquisição de novos conhecimentos e habilidades, levariam os professores a melhorar suas práticas pedagógicas, fazendo com que os alunos aprendam mais, conforme esquema:

MODELO LÓGICO DOS EFEITOS ESPERADOS DAS INICIATIVAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA

